

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ. N.º 03.591.509/0001-44, com sede à C-12 AE 02 Sala 323 3º ANDAR – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro – Brasília - DF, CEP 72010-120, prestou para o **CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ** - inscrito no CNPJ: 33.654.831/0001-36, com sede na SHIS QI 01 Conjunto B Edifício Santos Dumont – Lago Sul, Brasília, os serviços continuados na área de almoxarifado nas dependências do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, bem como observar à execução dos serviços, conforme locais indicados, quantidades de postos, definição das obrigações das partes e descrição dos serviços, os quais deverão observar os padrões mínimos de qualidade exigíveis e ainda, de acordo com disposto neste edital e seus anexos.

Conforme especificações constantes à seguir, e de acordo com o contrato número **083/2015** de 15 de Julho de 2015, com vigência de (um) ano, prorrogável por iguais períodos de (um) ano por até (cinco) anos.

Valor contratual anual inicial: R\$ 93.242,64 (Noventa e três mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Prazo executado:

Contrato: 15/07/2015 à 14/07/2016

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Responsáveis Técnicos:

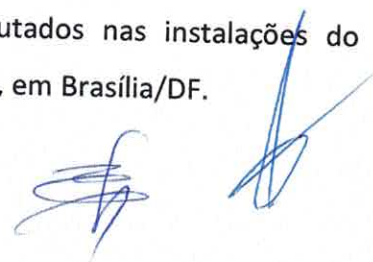
- Engenheiro Civil – Carlos Fernando da Silva Gadelha - CREA 4946/D – DF

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- SHIS QI 01, Conjunto B, Bloco A,B,C,D, Edifício Santos Dumont, Lago Sul

OBJETO:

Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços contínuos na área de almoxarifado. Os serviços serão licitados por menor preço por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e executados nas instalações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em Brasília/DF.



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL
O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
é parte integrante da CERTIDÃO
nº 707 de 08 / 05 / 2017
Emitida por este Conselho
BsB, 08 / 05 / 2017

Funcionário Responsável

Alexandre L. de Freitas
Estagiário
Registro e Cadastro


Hudson Eloy Braga
Administrador de Empresas
CRA/DF nº 007628

1.0 EQUIPE - RESIDENTE

POSTO DE TRABALHO		
Item	Descrição	Quant.
1	Almoxarife	2
Total		2

2.0 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES SUMÁRIAS – POR POSTO DE TRABALHO**Almoxarife**

O serviço de **almoxarife** corresponde à necessidade de esta Administração controlar e supervisionar as atividades de almoxarifado, principalmente no que se refere à realização de inventários e controle do recebimento e do consumo dos bens patrimoniais e de consumo; conferir, guardar e distribuir materiais recebidos no setor de almoxarifado do CNPq, coletar e armazenar os dados dos bens patrimoniais e de consumo, operacionalizar os sistemas computadorizados de almoxarifado e outras atividades correlatas. Considerando essas atribuições e a necessidade de controlar as tarefas pertinentes, considera-se razoável contar com dois profissionais para exercer essas funções.

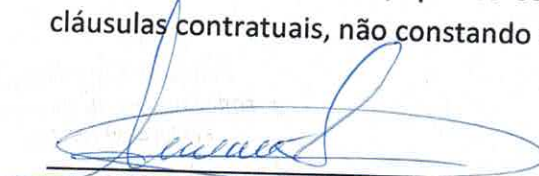
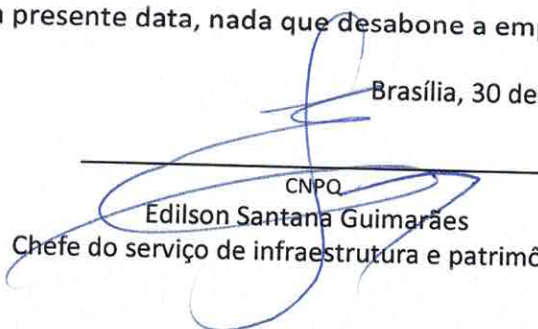
Enquadramento da natureza continuada: o serviço de almoxarifado ostenta a natureza continuada por apresentar por escopo a finalidade de atender a uma necessidade permanente desta Administração. A ausência desse serviço pode acarretar o desabastecimento de materiais para toda a organização, podendo prejudicar, portanto, o desenvolvimento das atividades técnico-administrativas do CNPq; além de prejudicar o controle patrimonial da organização.

3.0 - OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS

- Controlar e supervisionar as atividades de almoxarifado recebimento, conferência, guarda e distribuição dos materiais recebidos no setor de almoxarifado do CNPq, realização de inventários, coleta e armazenamento de dados dos bens patrimoniais e de consumo, operacionalização de sistemas computadorizados de almoxarifado e outras atividades correlatas.

Declaramos ainda, que os serviços foram prestados de forma satisfatória conforme as cláusulas contratuais, não constando até a presente data, nada que desabone a empresa.

Brasília, 30 de Agosto de 2016.


DLF ENGENHARIA COM. E REPR. LTDA
Carlos Fernando da Silva Gadelha
CREA 4649/D-DF
Engenheiro Civil
CNPQ
Edilson Santana Guimarães
Chefe do serviço de infraestrutura e patrimônio - SEINF

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO DISTRITO FEDERAL
O presente ATESTADO/DECLARAÇÃO
é parte integrante da CERTIDÃO
nº 707 de 08 / 05 / 2017
Emitida por este Conselho
BsB, 08 / 05 / 2017

Funcionário Responsável

Alexandre L. de Freitas
Estagiário
Registro e Cadastro


Hudson Eloy Braga
Administrador de Empresas
CRA/DF nº 007628



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO

Nº 000707/17

CERTIFICAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que o Atestado de Capacidade Técnica expedido pelo CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, relativo ao contrato nº 083/2015, assinado em 15/07/2015, e ao 1º Termo Aditivo, assinado em 05/07/2016, refere-se ao Registro de Comprovação de Aptidão-RCA nº 0707/17, de 08/05/2017, em nome da empresa **DLF ENGENHARIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, registrada no CRA-DF sob nº PJ/1087, a qual tem como Responsável Técnico o Administrador HUDSON ELOY BRAGA, registrado no CRA-DF sob nº 007628, resguardando-nos de qualquer fato ou ato que venha a ser apurado que desabone ou comprove a falsidade do atestado. **NADA MAIS TENDO A CERTIFICAR**, eu, Gerciel da Silva Almeida, digitei a presente certidão que segue firmada pelo Coordenador Geral do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, (08/05/2017). *****

Adm. VALTER FERNANDO O. DE FREITAS
COORDENADOR GERAL
CRA-DF nº 012099



Certifico e dou fé que foi realizada
consulta financeira no SISCAFW.
Por: Adm. Alexandre de C. Azevedo
Brasília-DF, 08/05/2017.

Adm. Alexandre de Campos Azevedo
Coordenador de Cadastro e Registro
CRA-DF 023100

Esta certidão é válida por 6 (seis) meses.



Conselho Regional de Administração do Distrito Federal

SAUS Quadra 6, Bloco K, Ed. Belvedere - Asa Sul, Brasília/DF • (61) 4009-3320 | 3333

cradf.org.br • facebook.com/cradf • Horário de funcionamento: segunda a sexta, das 9h às 17h



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – CRA-DF

REQUERIMENTO DE RCA PESSOA JURÍDICA

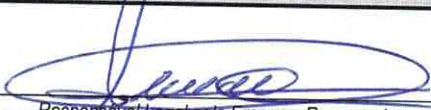
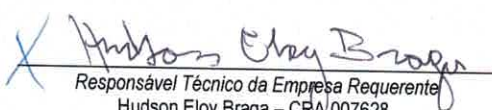
RCA nº _____

DATA ____/____/____

Ao Excelentíssimo (a) Senhor (a) Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal

Eu, CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA, RESPONSÁVEL LEGAL da empresa CONTRATADA, abaixo assinado (a) e qualificado (a), venho requerer, o REGISTRO de Comprovação de Aptidão/Atestado de Capacidade Técnica, para o qual apresento os documentos a seguir:

- ▶ Original e cópia contrato prestação de serviços (e termos aditivos, se houver);
- ▶ Original e cópia nota fiscal ou ordem de serviço ou nota de empenho ou extrato contratual;
- ▶ Original e cópia atestado de capacidade técnica (em papel timbrado do tomador de serviços, com assinatura e carimbo do RT);
- ▶ Pagamento da taxa de requerimento de registro (apresentar o comprovante na retirada da Certidão).

EMPRESA REQUERENTE				
Razão Social DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA			Registro CRA-DF PJ/1087	
CNPJ 03.591.509/0001-44		Inscrição Estadual 07.406.007/001-71		
Endereço C-12 AE 02 SALA 323 3º ANDAR – ED. CONJUNTO NACIONAL			Bairro TAGUATINGA	
Cidade BRASILIA	UF DF	CEP 72010-120	Telefone (61) 3336-1982	Fax (61) 3336-4150
RESPONSÁVEL TÉCNICO				
Nome HUDSON ELOY BRAGA			Registro CRA-DF 007628	
CPF 359.288.591-04		RG (c/ Órgão Expedidor) 944501 SSP-DF		
Endereço SNPW QD 05 CJ 03 LOTE 05 CASA B			Bairro PARK WAY	
Cidade BRASILIA	UF DF	CEP 71.735-505	Telefone (61) 3036-7053	Fax ()
TOMADOR DE SERVIÇOS (CONTRATANTE)				
Razão Social Ministério da ciência e tecnologia e inovação – CNPQ			CNPJ 33.654.831/0001-36	
Endereço SHIS QI 01 conjunto B Edifício Santos Dumont			Bairro LAGO SUL	
Cidade BRASILIA	UF DF	CEP 71605-001	Telefone (61) 3211-9569	Fax ()
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/OBSERVAÇÕES (se necessário, usar o verso)				
Valor dos Serviços: R\$ 105.290,40		Vigência do Contrato: De 15/07/2015 à 15/07/2017 (contrato, 1º termo aditivo)		
ASSINATURAS				
 Responsável Legal pela Empresa Requerente Carlos Fernando da Silva Gadelha – CREA 4946/D-DF – Sócio Diretor		Data ____/____/____ Visto Funcionário CRA-DF _____  Responsável Técnico da Empresa Requerente Hudson Eloy Braga – CRA/007628		

DLF Engenharia Comercio e Representação Ltda
Carlos Fernando da Silva Gadelha
CREA 4946 D-DF
Engenheiro Civil - Sócio Diretor

Hudson Eloy Braga
Administrador de Empresas
CRA/DF nº 007628

**CONTRATO Nº 083/2015 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E
TECNOLOGICO – CNPq E A EMPRESA DLF
ENGENHARIA COMERCIO E
REPRESENTAÇÃO LTDA, PARA A
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS
NA AREA DE ALMOXARIFADO NAS
DEPENDENCIAS DO CNPq.**

A União, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública federal criada pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, vinculada e transformada pela lei nº 6.129, de 06/11/1974 ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, com sede na SHIS QI 01, Conjunto B, Edifício Santos Dumont, Lago Sul, CEP. 71605-160, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 33.654.831/0001-36, neste ato representado pelo Coordenador Geral de Administração e Finanças - CGADM, Sr. Guilherme Euclides Brandão, nomeado pela PO nº 142/2014 de 05 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial da União - DOU 10 de junho de 2014, com base na OI-DGTI 013/2014, inscrito no CPF nº 225.345.201-72, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.591.509/0001-44, sediada na C-12 AE 02 Sala 323 3º Andar, em Taguatinga Centro - DF doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Fernando da Silva Gadelha, portador do CREA nº 4946/D-DF, e CPF nº 023.922.591-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 001927/2014-0 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, de empresa especializada para a prestação de serviços continuados na área de almoxarifado nas dependências do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, bem como observar à execução dos serviços, conforme locais indicados,

quantidades de postos, definição das obrigações das partes e descrição dos serviços, os quais deverão observar os padrões mínimos de qualidade exigíveis e, ainda, de acordo com o disposto neste Edital e seus Anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 002/2015 e a Proposta da CONTRATADA, datada de 17/06/2015, seus Anexos e demais elementos constantes do referido processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão prestados mensalmente sob a forma de Execução Indireta e pelo regime de Empreitada Por Preço Global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ 7.770,22 (sete mil, setecentos e setenta reais e vinte dois centavos) e global de R\$ 93.242,64 (noventa e três mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao CNPq.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso haja equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, a CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto deste Pregão, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008).

PARÁGRAFO TERCEIRO - O disposto no parágrafo anterior aplica-se ainda que se trate de eventos futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte (art. 23, §1º, da IN 02/2008).



PARÁGRAFO QUARTO - Os preços constantes da proposta anexa a este contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PARÁGRAFO QUINTO - A cotação na planilha de custos e formação de preços de itens concernentes à reserva técnica, supervisão, fiscalização, IRPJ, CSLL, capacitação, treinamento, reciclagem ou congêneres motivará a supressão unilateral do item da planilha e a consequente glosa de todos os pagamentos já realizados para custear esses itens.

PARÁGRAFO SEXTO - Para operacionalização da autoexecutoriedade do parágrafo anterior, os valores indevidamente pagos serão glosados/deduzidos durante a execução contratual, quando dos pagamentos ou da repactuação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

a) **Cotação de percentual menor que o adequado:** o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

b) **Cotação de percentual maior que o adequado:** para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto, correrá à conta do Orçamento do CNPq, para o exercício de 2015, sob a seguinte classificação: - Programa de Trabalho: 092039 Natureza da Despesa: 339039; Fonte de Recursos: 0100000000; Plano Interno: 9605.

PARÁGRAFO ÚNICO – A despesa para os exercícios subseqüentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento desta finalidade, a ser consignada ao CNPq, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato estão regularmente inscritos na Nota de Empenho nº 2015NE800267, de 02/07/2015, no valor de R\$ 93.242,64 (noventa e três mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), correspondente ao período de 12 meses

PARÁGRAFO ÚNICO – Se a vigência contratual se estender para o exercício subsequente, será emitida nova Nota de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – SERVIÇO DE ALMOXARIFE E SUPERVISOR DE ALMOXARIFADO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a correta e adequada execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar um quantitativo de 02 (dois) almoxarifes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços compreenderão, dentre outros:

Almoxarife - controlar e supervisionar as atividades de almoxarifado recebimento, conferência, guarda e distribuição dos materiais recebidos no setor de almoxarifado do CNPq, realização de inventários, coleta e armazenamento de dados dos bens patrimoniais e de consumo, operacionalização de sistemas computadorizados de almoxarifado e outras atividades correlatas.

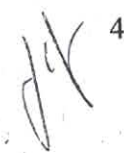
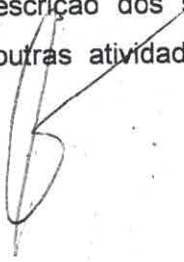
CLÁUSULA SEXTA - DA MÃO DE OBRA, JORNADA E HORARIO DE TRABALHO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, no horário entre 08h00min às 18h00min, respeitado o intervalo de 2 (duas) horas para refeição; e aos sábados, das 08h00min às 12h00min (a critério da administração).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A critério do CNPq, a carga horária prevista para os sábados poderá ser compensada durante a semana, de segunda a sexta-feira, não sendo devido, nesse caso, à empresa contratada, o pagamento de serviços extraordinários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os horários de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do CNPq, que deverá comunicar à empresa contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias.

PARÁGRAFO QUARTO - A descrição dos serviços não é exaustiva, devendo ser executadas todas e quaisquer outras atividades relacionadas ao seu objeto, que se



mostrem necessárias às funções descritas, independentemente de específica descrição/detalhamento.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de necessidade devidamente justificada, em razão de interesse público, após autorização expressa da Administração do CNPq, o quantitativo de pessoal estipulado neste Termo de Referência poderá ser alterado, de acordo com as necessidades verificadas pelo CNPq durante a execução contratual, observado o disposto na Lei 8.666/93 quanto ao limite de acréscimo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO UNIFORME

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os uniformes completos deverão ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato

PARÁGRAFO ÚNICO - O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

Almoxarife

- ✓ 02 (dois) jalecos longos
- ✓ 03 (três) camisetas
- ✓ 02 (duas) calças
- ✓ 01 (um) par de sapatos fechados

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de vigência do Termo de Contrato será de 12 meses, com início a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Conforme disposto no caput art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 2/08 a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO - *A prorrogação somente poderá ocorrer desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

- I - os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço;*
- III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;*
- IV - a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.*

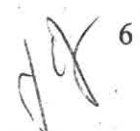
PARÁGRAFO QUARTO - O contrato não será prorrogado quando:

- I - Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou*
- II - A CONTRATADA estiver em desacordo com a legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente.*
- III - A CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou da CONTRATANTE, enquanto perdurarem os efeitos.*

PARÁGRAFO QUINTO - Nas contratações de serviço continuado, a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEXTO – Quando da prorrogação contratual, o CNPq :

- I – realizará pesquisas de preços e assegurar-se-á de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa em relação à realização de uma nova licitação, quando não puder ser demonstrada a vantajosidade da prorrogação.*
- II – realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;*
- III - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o CNPq expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;*

 6

IV - Se positiva a resposta da CONTRATADA, o CNPq providenciará, no devido tempo, o respectivo Termo Aditivo;

V - Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

VI - Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará pelo CNPq a devida aplicação de penalidade do presente Contrato;

VII - Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério do CNPq, como faculdade e prerrogativa, proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas eventuais prorrogações do contrato, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

PARÁGRAFO OITAVO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO NONO - A execução completa do contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada na prestação dos serviços contratados

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações à Administração e multas que venham a ser aplicadas, o adjudicatário, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco pontos percentuais) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas no Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia deverá cobrir expressamente o eventual inadimplemento das obrigações e dos encargos sociais e trabalhistas da CONTRATADA,

em cumprimento e para dar efetividade ao disposto no art. 35, especialmente seu § único, da IN SLTI/MPOG nº 2/08.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou Títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança Bancária.

PARÁGRAFO QUARTO - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO QUINTO - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEXTO - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO - Se a garantia apresentada for caução em dinheiro, realizar-se-á por depósito na Caixa Econômica Federal ou BB, à disposição da CONTRATANTE,

conforme o inciso IV do Art. 1º do Decreto – Lei nº 1.737/1979 e o art.82 do Decreto nº 98.872/1986.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se a garantia apresentada for título da dívida pública, este deverá ser emitido sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizados pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos valores econômicos, conforme determinado pelo Ministério da Fazenda (Lei nº 11.079/2004).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- e) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da CONTRATADA em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso a CONTRATADA não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na

execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008 e autorização expressa a ser concedida pela CONTRATADA no momento da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a mesma será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no inciso XIX do art. 19, no inciso IV do art. 19-A e § único do art. 35, todos da IN SLTI/MPOG nº 2/2008.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na

execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os extratos de depósitos ou recolhimentos de INSS e FGTS efetuados em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

- a) Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- b) Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente,

podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - A fiscalização dos serviços seguirá o disposto na IN SLTI/MPOG nº 2/08 e alterações.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993".

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao seu objeto deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor competente para o pagamento devido.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - Em caso de não conformidade, a CONTRATADA será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, os serviços realizados, se em desacordo com a especificação do Edital ou da proposta de preços da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO - Nos termos do inciso XVIII do art. 19 da IN SLTI/MPOG nº 2/08, o contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas, à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada

intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação da decisão rescisória.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - Em conformidade com o disposto no art. 34-A da IN SLTI/MPOG nº 2/08, o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

a) Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados na cláusula de pagamento, visto que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos.

b) A Administração concederá um prazo de 10 (dez) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO - Quando da rescisão contratual, a fiscalização do contrato verificará o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO - Até que a CONTRATADA faça tal comprovação, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento

direto aos trabalhadores no caso da CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no Art. 19 XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO E DA CONTA VINCULADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado pela Contratante até o 5º dia útil, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

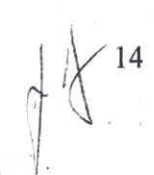
PARÁGRAFO SEGUNDO - Antes de cada pagamento, a CONTRATANTE consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), o Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON), o Portal da Transparência e o Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO - A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação



da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO SETIMO - Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou de manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

PARÁGRAFO OITAVO - Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

PARÁGRAFO NONO - Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O pagamento se dará pela hora de serviço efetivamente trabalhada, independentemente da jornada de trabalho a que estejam submetidos os funcionários.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que,

no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
		TX = Percentual da taxa anual = 6%.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Com base na Súmula n.º 331, do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, a Contratante depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 19-A combinado com a prescrição constante no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - CNPq, fundamentado no inciso II do art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 02/2008, providenciará a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do contrato, observada a legislação específica.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - O CNPq, fundamentado no inciso II do Art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, efetivará o desconto da fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - A movimentação da conta vinculada será efetivada mediante autorização da Contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A descrição dos serviços consta do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS E ESCALAS DE TRABALHO

Os locais onde serão executados os serviços e as escalas de trabalhos constam do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá às pretensas contratadas para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, as seguintes:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Selecionar e capacitar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, quando couber;
- c) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer funcionário considerado com conduta inconveniente pela Administração;

d) Manter seus funcionários uniformizados, identificando-os através de crachás com fotografia recente, devendo os modelos ser submetidos à aprovação prévia do Contratante;

e) Fornecer aos funcionários os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, de acordo com o serviço a eles designados, que deverão ser adequados ao tipo de serviço da categoria profissional contratada, substituindo-os de acordo com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou quando necessário;

f) Manter sediado junto à Administração durante os turnos de trabalho, profissionais capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - As contratadas devem executar atividades de supervisão, coordenação e fiscalização que garantam o bom andamento dos serviços, de forma permanente, dentre elas:

a) cuidar da disciplina e apresentação pessoal dos empregados;

b) controlar a movimentação e frequência do pessoal;

c) fiscalizar o uso e a distribuição dos uniformes, bem como manter permanente contato com o órgão responsável sobre a execução do contrato;

d) fiscalizar e orientar os executantes dos serviços;

e) reportar, quando necessário, todas as situações ao gestor do contrato designado pela Administração, para correção de todas as falhas detectadas;

f) receber e controlar os materiais e insumos fornecidos pela contratada, fazendo um controle e média do consumo dos produtos. Esse controle deverá ser entregue ao Serviço demandante desta contratação, para que seja arquivado e utilizado como referência para futuras contratações;

g) atender aos princípios da coleta seletiva solidária dos materiais recicláveis, de forma a orientar a execução dos serviços, no que couber.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Manter todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, informando à Administração sobre os danificados para que sejam substituídos;

PARÁGRAFO QUARTO - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

PARÁGRAFO QUINTO - Indicar "Preposto", aceito pelo Contratante, o qual será o legítimo representante da Contratada responsável pela execução do contrato, com a

missão de garantir o bom andamento do contrato e de se reportar, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços pelo Contratante (Fiscal do Contrato) que tomará as providências pertinentes para que sejam corrigidos todos os problemas detectados, não sendo necessária a sua permanência nas dependências do CNPq;

PARÁGRAFO SEXTO - Caberá ao preposto administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo, perante o CNPq, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

PARÁGRAFO OITAVO - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários, acidentados ou com mal súbito;

PARÁGRAFO NONO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Instruir os seus funcionários quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

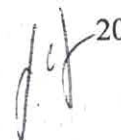
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Fazer seguro de seus funcionários contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

 20

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus funcionários alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de uma 01(uma) hora após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência do profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Responsabilizar-se de que os salários dos funcionários na prestação dos serviços não poderão ser inferiores ao piso salarial das respectivas categorias, firmado em acordo ou dissídio coletivo;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus funcionários, de modo que não caberá ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq qualquer solidariedade quanto às indenizações, cabendo àquela assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Reservar ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a decisão sobre a substituição de quaisquer equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos ou que causem prejuízos aos serviços executados;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus funcionários à Administração ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, decorrentes de sua culpa ou dolo, devendo ser adotadas providências necessárias dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Manter os funcionários sujeitos às normas disciplinares da Administração, porém sem qualquer vínculo empregatício com o ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstos na legislação social e trabalhista em vigor;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Observar na prestação dos serviços, rigorosamente as disposições do Termo de Referência;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO - Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Termo de Referência, sem prévia

autorização do ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO - Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, sob pena de aplicação de sanções.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - Manter banco de dados atualizado dos empregados que estejam desempenhando suas atividades no CNPq, contendo, minimamente: nome, CPF, N.º da CTPS, PIS/PASEP, nível de escolaridade, endereço residencial e telefone disponibilizando-os, quando necessário, ao CNPq;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO - Apresentar relação dos empregados que atuarão na execução dos serviços com as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, realizando a apresentação pessoal desses empregados ao fiscal do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO - Repor o funcionário demitido, observando os mesmos procedimentos do subitem anterior;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO - Providenciar a substituição de qualquer empregado considerado inadequado pelo Contratante à execução dos serviços contratados;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO - Comunicar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ocorrências de afastamentos legais ou de desligamento dos seus empregados, responsabilizando-se pela imediata substituição, sem qualquer ônus para o CNPq, de forma a garantir a continuidade do serviço;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO - Sujeitar-se, no que toca ao presente objeto, a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações efetuadas;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO - Prestar esclarecimentos ao CNPq sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como, relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO - Encaminhar mensalmente à unidade fiscalizadora as faturas dos serviços prestados, junto com a relação nominal dos

empregados e os comprovantes exigidos no Item II do Anexo IV da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 06, de 23 de dezembro de 2013 e suas alterações, sendo que para o cumprimento desta obrigação, deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO - Assumir a responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelos encargos previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época devida, encaminhando comprovante de pagamento ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo a ser estabelecido em contrato. Os salários dos funcionários, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio ou Acordo do sindicato ao qual a Contratada ou os profissionais estejam vinculados;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO - Pagar aos seus empregados, vinculados a execução contratual, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços contratados, sendo que os depósitos de Vale Transporte e Vale Refeição deverão ser feitos comprovadamente aos trabalhadores no dia anterior ao início da prestação dos serviços;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO - Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados na execução de serviços previstos neste Termo de Referência, ainda que acontecido nas dependências do CNPq;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO - Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução dos serviços previstos no Termo de Referência;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO - Realizar, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos periódicos exigidos;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO - Manter controle atualizado da frequência do pessoal contratado, utilizando esse controle para o fornecimento de informações necessárias para o fiel pagamento das obrigações pecuniárias da Contratante;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO PRIMEIRO - Promover a anotação na CTPS de seus empregados quanto à data de admissão, função exercida, remuneração e eventuais

alterações e atualizações nos contratos de trabalho, devendo encaminhar à fiscalização contratual cópia de todas as alterações, bem como do termo de rescisão, exames demissionais e o que mais for necessário para comprovação de quitação de obrigações trabalhistas;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO SEGUNDO - Possuir canal próprio de comunicação formal com todos os seus prestadores de serviços, a fim de comprovar o repasse das informações necessárias;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO TERCEIRO - Em caso de férias a empresa deverá apresentar o cronograma mensalmente até o 2º dia útil, devendo encaminhar juntamente o comprovante do pagamento de adiantamento de férias de do 1/3 constitucional que deverá ser efetuado até 2 dias antes do gozo de férias, conforme legislação trabalhista;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO QUARTO - É obrigação da Contratada, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração, contratante, a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO QUINTO - O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO SEXTO - É obrigação da Contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração Contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO SETIMO – No primeiro mês da prestação dos serviços, o CONTRATADO deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente anotada pelo CONTRATADO; e
- c) Exames médicos admissionais dos empregados do CONTRATO que prestarão os serviços.



PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO OITAVO – Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), a documentação constante no item 4 deverá ser apresentada e acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber da seguinte documentação adicional:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados utilizados na prestação dos serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS;
- c) Extratos de depósitos feitos nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido; e
- d) Exame médicos demissionais dos empregados dispensados.

PARÁGRAFO QUADRIGÉSIMO NONO – Firmar termo específico da instituição bancária, que permita à Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Contratante, no que se refere à conta vinculada prevista no item 20 do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

PARÁGRAFO QUARTO - Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

PARÁGRAFO QUINTO - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEXTO - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

PARÁGRAFO OITAVO - exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

PARÁGRAFO NONO - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

PARÁGRAFO DÉCIMO - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato, nos termos do art. 34, §5º, d, I e §8º da IN SLTI/MPOG n. 02/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios



26

estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pelo CNPq, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa nº 02, de 2008 e suas alterações.

PARÁGRAFO QUARTO - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CNPq reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado, observado o que segue:

- a) Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência destas, não implica co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993; e
- c) O fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO - As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 06, de 2013, quando for o caso.

PARÁGRAFO OITAVO - O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das

cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO NONO - Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 06, de 2013.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo



de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- c) Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO OITAVO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

PARÁGRAFO NONO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas no Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários à execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Sicafe e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) fizer declaração falsa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os fins do item 26.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para condutas descritas nos itens 26.1.1, 26.1.4, 26.1.5, 26.1.6 e 26.1.7 será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, ficando sujeita à aplicação da multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de descumprimento da obrigação da CONTRATADA, calculada sobre o valor mensal do contrato, tendo o prazo de 15 (quinze) dias de tolerância para a respectiva regularização contado a partir da data da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO - Para os fins dos itens 26.1.2 e 26.1.3, será aplicada multa nas seguintes condições:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até no máximo de 5% (cinco por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, no caso do item 26.1.2;
- b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual, para o item 26.1.3;
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato, para o item 26.1.3;
- d) conforme graus e condutas dispostos nas Tabelas 1 e 2 abaixo, para o item 26.1.3.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PERCENTUAL DE MULTA CORRESPONDENTE
1	0,20% do valor mensal do contrato
2	0,40% do valor mensal do contrato
3	0,80% do valor mensal do contrato
4	1,00% do valor mensal do contrato
5	1,50% do valor mensal do contrato
6	4,10% do valor mensal do contrato

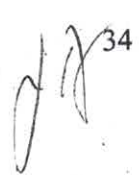
 34

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.	6	por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	por dia e por unidade de atendimento
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, conforme previsto neste Termo de Referência.	4	por ocorrência
4	Permitir a presença de empregado não uniformizado e ou sem crachá.	2	por empregado e por ocorrência
	Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscalizador.	2	por empregado e por dia
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente.	1	por empregado e por dia
8	Entregar os salários, vales-transportes e ou vales refeições nas datas avençadas.	5	por ocorrência e por dia
9	Efetuar a reposição de funcionários faltosos.	2	por empregado e por dia
10	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, quando for o caso.	2	por empregado e por ocorrência
11	Fornecer uniformes para seus empregados nas especificações, quantitativo e periodicidade indicada neste Termo de Referência.	2	por empregado e por dia



12	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas.	2	por item e por ocorrência
13	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	3	por item e por ocorrência
14	Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.	6	por ocorrência e por dia
15	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.	6	por ocorrência e por dia
16	Indicar e manter, durante a execução do contrato, os prepostos, nas quantidades previstas no edital.	3	por ocorrência e por dia
17	Firmar termo específico da instituição bancária, que permita à Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Contratante, no que se refere à conta vinculada.*	4	por ocorrência e por dia
18	Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis.*	4	por ocorrência e por dia

* O disposto nesses itens somente se aplica após a Administração adotar o sistema de conta vinculada para o provisionamento das verbas acima descritas, conforme regulamentado pela IN SLTI nº 02/2008, com suas alterações.

PARÁGRAFO SEXTO - A inexecução parcial ou total do contrato será configurada, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES	
	INEXECUÇÃO PARCIAL	INEXECUÇÃO TOTAL
1	7 a 11	12 ou mais
2	6 a 10	11 ou mais
3	5 a 9	10 ou mais
4	4 a 6	7 ou mais
5	3 ou 4	5 ou mais
6	2	3 ou mais

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada:

- a) se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;
- b) se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;
- c) esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao CNPq, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- d) caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CNPq.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste Contrato pode ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo quanto ao inciso XVII;



b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão deverá ser acompanhada do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e das indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO – O não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas neste Contrato ou a sua inexecução, por parte da empresa contratada, implicará para o CNPq a faculdade de rescindir o contrato unilateralmente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, de acordo com o Inciso I, do Art. 79 da Lei nº 8666/1993 e alterações.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O não cumprimento de qualquer das condições estabelecidas no Termo de Referência ou a sua inexecução, por parte do CNPq, implicará para a CONTRATADA a faculdade de se utilizar dos termos dos artigos 78 a 80, da Lei nº 8666/1993 e alterações.

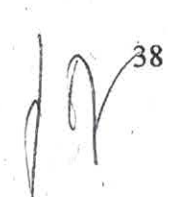
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I – O presente Contrato fundamenta-se:

a) na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005 e na IN nº 02/2008;

b) na Lei nº 8.666/1993;

c) na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.



II – O presente Contrato vincula-se aos termos:

a) do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2015, e seus anexos, constante do processo nº 01300.001927/2014-0.

b) da proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

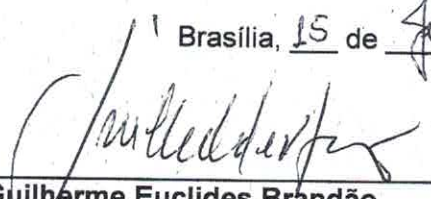
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília – DF, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.


E para firmeza e prova de assim haverem, entré si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, cujo extrato fica registrado no Livro Especial do CONTRATANTE, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, abaixo nomeadas.

Brasília, 15 de Julho de 2015.

CONTRATANTE:


Guilherme Euclides Brandão
Coordenador Geral de Administração e Finanças – CGADM
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

CONTRATADA:


Carlos Fernando da Silva Gadelha
Representante Legal
DLF Engenharia Comércio e Representação Ltda

TESTEMUNHAS:

NOME: Walter de Souza Santos
CPF: 006.463.591-90

NOME: Valéria Medeiros da Silva
CPF: 526.136.905-34

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 083/2015, QUE ENTRE
SI, CELEBRAM O CONSELHO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq E
A EMPRESA DLF – ENGENHARIA
COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, fundação instituída pela Lei nº 1.310 de 15.01.1951, alterada pela Lei 6.129 de 06.11.1974, com sede no SHIS QI 01, Conjunto B, Blocos A, B, C e D, Edifício Santos Dumont, Lago Sul em Brasília/DF, CEP 71.605-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.654.831/0001-36, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela senhora **ANA PAULA RECHE CORRÊA**, Coordenadora Geral de Administração e Finanças, nomeada pela Portaria 076/2016, de 30 de março de 2016, CPF nº 141.883.918-39 e portadora do RG nº 18680411 – SSP/SP e a empresa **DLF – ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.591.509/0001-44, sediada na C-12 AE 02 Sala 323 – 3º Andar, em Taguatinga Centro – DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **CARLOS FERNANDO DA SILVA GADELHA**, portador do CREA nº 4946/D-DF, e CPF nº 023.922.591-00, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 083/2015, firmado em 15/07/2015, consoante ao constante no Processo nº 001589/2015-6, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na lei nº 8.078, de 1990 do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 meses, de **15/07/2016 a 15/07/2017**, em consonância com o § 2º do artigo 57, inciso II da lei 8.666/93, e cláusula oitava do Contrato originário.



1.2 A eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, a partir de 15/07/2016, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 30-A da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008 – SLTI/MPOG;

1.3 Repactuação decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016, com data base de 01 de janeiro de 2016, do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF - SINDISERVIÇOS /DF, conforme previsto nos artigos 40 inciso XI e artigo 55 inciso II, da Lei 8.666/1993 c/c artigo 5º do Decreto nº 2.271/1997 e artigos 37 a 41 da IN 02/2008 SLTI/MPOG e Cláusula Décima Quinta do Contrato .

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO

Em virtude de Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016, com data base de 01 de janeiro e vigência de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, do Sindicato das empresas de asseio, conservação, trabalhos temporários e serviços de terceirização do DF e Sindicato dos empregados de empresas de asseio, conservação, trabalho temporário, prestação de serviços e serviços terceirizáveis do DF – SINDISERVIÇOS, sob número de registro MTE: DF000051/2016, cuja cópia segue acostadas às folhas nº 183-197 do processo administrativo nº 001589/2015-6.

Por força da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016, serão reajustados:

- O Salário normativo do Almoхарife, o qual passará de **R\$ 1.405,85** (um mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos) para **R\$ 1.553,46** (um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos) e em conformidade com a cláusula terceira da convenção;



- *Reajuste do auxílio alimentação, o qual passará de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) para R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos), em conformidade com a cláusula décima quinta da convenção;*
- *Reajuste do Plano de Saúde da categoria, o qual passará de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), em conformidade com cláusula décima sétima da convenção;*
- *Reajuste da Assistência Odontológica da categoria, o qual passará de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para R\$ 5,00 (cinco reais), em conformidade com cláusula décima nona da convenção.*

Consoante o detalhamento constante nas planilhas de custos e formação de preços, anexas às folhas nº 180/182, após a Repactuação, o valor mensal da contratação passará de R\$ 7.990,04 (sete mil, novecentos noventa reais e quatro centavos), para R\$ 8.774,20 (oito mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos).

O valor anual passará de R\$ 95.880,48 (noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), para R\$ 105.290,40 (cento e cinco mil, duzentos e noventa reais e quarenta centavos), abaixo especificado:

Valor atual do contrato				
Postos	Quantidade de postos	Valor do posto	Valor mensal dos postos	Valor anual dos postos
Almoxarife	02	R\$ 3.995,02	R\$ 7.990,04	R\$ 95.880,48

Valor do contrato após repactuação				
Postos	Quantidade de postos	Valor do posto	Valor mensal dos postos	Valor anual dos postos
Almoxarife	02	R\$ 4.387,10	R\$ 8.774,20	R\$ 105.290,40



CLÁUSULA TERCEIRA – DO RETROATIVO DECORRENTE DA REPACTUAÇÃO

Fica garantido o direito ao retroativo referente à diferença mensal dos valores contratados e repactuados, desde a data de 01 de janeiro de 2016, data base da do reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA CONTRATUAL E DA ELIMINAÇÃO DOS CUSTOS FIXOS VARIÁVEIS NÃO RENOVÁVEIS

Haja vista o encerramento da vigência do contrato, a qual encerrar-se-á em 15/07/2016, e, em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 30-A da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008 – SLTI/MPOG, e suas alterações, o qual dispõe que a administração, por ocasião da prorrogação da vigência contratual deverá negociar ou eliminar da planilha de custos e formação de preços, os custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, a empresa foi notificada acerca do assunto, OFÍCIO SEGES nº 134/2016, folha nº 204, a qual se manifestou por meio da carta acostada à folha nº 205.

Assim sendo, foram excluídos das planilhas s de custos os itens referentes à:

- *Afastamento maternidade;*
- *Aviso prévio indenizado;*
- *Aviso prévio trabalhado;*
- *Ausência por doença;*
- *Licença paternidade;*
- *Ausências Legais; e*
- *Ausências por acidente de trabalho.*



Em decorrência da eliminação dos custos fixos não renováveis, o valor mensal da contratação reduzirá de **R\$ 8.774,20** (oito mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), para **R\$ 7.976,70** (sete mil novecentos e setenta e seis reais e setenta centavos).

O valor anual passará de **R\$ 105.290,40** (cento e cinco mil duzentos e noventa reais e quarenta centavos), para **R\$ 95.720,40** (noventa e cinco mil setecentos e vinte reais e quarenta centavos), conforme abaixo:


Seguem anexas às folhas nº 207/209, as planilhas de custos e formação de preços, as quais se vinculam o Primeiro Termo Aditivo.

Valor do contrato após repactuação				
Postos	Quantidade de postos	Valor do posto	Valor mensal dos postos	Valor anual dos postos
Almoxarife	02	4.387,10	8.774,20	105.290,40

Valor do contrato após eliminação dos custos fixos não renováveis				
Postos	Quantidade de postos	Valor do posto (após eliminação dos custos fixos não renováveis)	Valor mensal dos postos (após eliminação dos custos fixos não renováveis)	Valor anual dos postos (após eliminação dos custos fixos não renováveis)
Almoxarife	02	3.988,35	7.976,70	95.720,40

CLÁUSULA QUINTA – DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO E PREÇOS

As planilhas de custos e formação de preços as quais se vinculam ao presente termo aditivo, seguem acostadas às folhas nº 207/219 do processo administrativo.



5

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR PRESENTE TERMO ADITIVO

O presente Termo Aditivo monta a importância de **R\$ 100.817,44** (cem mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), sendo estimado o contrato no valor anual de **R\$ 95.720,40** (noventa e cinco mil, setecentos e vinte reais e quarenta centavos) e mensal de **R\$ 7.976,70** (sete mil novecentos e setenta e seis reais e setenta centavos) e retroativo no valor de **R\$ 5.097,04** (cinco mil noventa e sete reais e quatro centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com vistas a atender as despesas previstas com este Termo Aditivo, o CNPq destaca recursos em conformidade com a discriminação feita a seguir:

Item	Discriminação
Valor	R\$ 100.817,44
Nota de Empenho	2016NE800203
Natureza da Despesa	339039
Fonte	0280242010
Plano Interno	9605
PTRES	092039

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

Fica a empresa obrigada a renovar a garantia contratual, correspondente a 5% do valor pactuado, a qual deverá ter a validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme estabelecido no artigo 1º da Instrução Normativa nº 06 de 23/12/2013, bem como deverá abranger as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.



CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

A publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e por isso ratificadas as demais Cláusulas e condições do Contrato aqui aditado, no que não colidirem com as do presente instrumento. E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes este Termo Aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Brasília, 05 de julho de 2016.

Ana Paula Reche Corrêa

Ana Paula Reche Corrêa

Pelo CNPq

Coordenadora Geral de Administração e Finanças
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - CNPq

Pela Contratada

Carlos Fernando da Silva Gadelha

Carlos Fernando da Silva Gadelha
Representante Legal

DLF - Engenharia Comércio e Representação Ltda

Testemunhas:

Meriane J. F. M.
Nome: Meriane Jerônimo Farias Reis
CPF: 018.336.031-94

Walter Dias Santos
Nome: Walter Dias Santos
CPF: 006.463.591-00



12) Aditamento nº 01 ao CT - 2/16/002 de 06/06/2016; Contratada: WALM ENGENHARIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA; CNPJ: 67.632.216/0001-40; Objeto: Retificação de cláusula de multa; Fundamento Legal: Art. 38, § único da Lei 8.666/93; Processo: COACT.F - 2016/03/00024; E.D.: 44903501; P.T.: 107887; N.E.: NIHL; Data do Empenho: NIHL; Valor: NIHL; Signatários: pela INB, Giovanni Moreira e João Carlos Derzi Tupinambá, e pela Contratada; Jacinto Costanzo Júnior.

13) Aditamento nº 01 ao CT - 2/15/034 de 09/06/2016; Contratada: TAREFA REFORMAS E MANUTENÇÕES LTDA-ME; CNPJ: 10.646.815/0001-04; Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços sem alteração de valor, por 165 dias contados a partir de 14/06/2016; Fundamento Legal: Inciso II, § 1º da Lei 8.666/93; Processo: GPMEC.N - 2016/04/00020; E.D.: 44923728; P.T.: 85893; N.E.: NIHL; Data do Empenho: NIHL; Valor: NIHL; Signatários: pela INB, Giovanni Moreira e Marcelo Xavier de Castro, e pela Contratada; Gisela Maria Ferreira.

14) Aditamento nº 02 ao CT - 2/13/012 de 13/06/2016; Contratada: CNC SERVICE IND. E COM. MÁQUINAS LTDA; CNPJ: 60.572.047/0001-51; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e de execução dos serviços e supressão quantitativa do objeto do contrato de 14/06/2016 até 14/06/2017; Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, § 1º e Artigo 65, I, "b" da Lei 8.666/93; Processo: COMAC.N - 2016/05/00037; E.D.: 33903917; P.T.: 85893; N.E.: NIHL; Data do Empenho: 13/06/2016; Valor: 106.288,92 (cento e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos); Signatários: pela INB, Álvaro Luis de Souza Alves Pinto e Laércio Aguiar da Rocha, e pela Contratada; José Fernando Perez.

15) Aditamento nº 01 ao CT nº 3/15/005 de 22/06/2016; Contratada: DNA TECNOLOGIA LTDA; CNPJ: 73.254.070/0001-40; Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços por 3 meses contados a partir de 08/06/2016; Fundamento Legal: Art. 57, inciso II do § 1º da Lei nº 8.666/93; Processos: GERT.F - 2016/05/00037; E.D.: 33903917; P.TRES.: 85893; N.E.: NIHL; Data do Empenho: NIHL; Valor: NIHL; Signatários: pela INB, Dácio Antônio Machado de Souza e Paulo Horácio de Oliveira Delphim e pela Contratada; Adriano José Burgos Santos.

16) Aditamento nº 06 ao CT nº 3/12/010 de 03/06/2016; Contratada: ELETROAR MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - EPP; CNPJ: 07.145.000/0001-29; Objeto: Prorrogação do prazo de execução dos serviços por 12 meses contados a partir de 19/06/2016 a 19/06/2017; Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; Processos: COSET.F - 2016/02/00016; E.D.: 33903917; P.TRES.: 30264; N.E.: 2016NE005729; Data do Empenho: 07/06/2016; Valor: R\$ 81.650,64 (oitenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos); Signatários: pela INB, Dácio Antônio Machado de Souza e Paulo Horácio de Oliveira Delphim e pela Contratada; Luiz Otávio Oliveira Rodrigues e Gustavo Oliveira Rodrigues.

17) Aditamento nº 01 ao CT nº 3/15/013 de 16/06/2016; Contratada: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.; CNPJ: 61.074.175/0001-38; Objeto: Prorrogação do prazo dos serviços contratados contados a partir de 23/06/2016 a 23/06/2017; Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; Processos: GEOR.F - 2016/05/00002; E.D.: 33903917; P.TRES.: 85893; N.E.: 2016NE006079; Data do Empenho: 16/06/2016; Valor: R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil, reais); Signatários: pela INB, Dácio Antônio Machado de Souza e Paulo Horácio de Oliveira Delphim e pela Contratada; Jabis de Mendonça Alexandre e André Renato Viard Fortino.

18) Aditamento nº 01 ao CT nº 3/15/026 de 03/06/2016; Contratada: NUTRINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA DEAA-Z; CNPJ: 12.665.251/0001-74; Objeto: Supressão Quantitativa do Objeto do Contrato; Fundamento Legal: Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93; Processos: COACT.F - 2016/04/00031; E.D.: 33903702; P.TRES.: 30260; N.E.: NIHL; Valor: R\$ (22.408,30), (menor vinte dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos); Signatários: pela INB, Dácio Antônio Machado de Souza e Paulo Horácio de Oliveira Delphim e pela Contratada; Artur Miguel Rodrigues Santos.

19) Aditamento nº 01 ao CT nº 3/15/005 de 24/06/2016; Contratada: SERES SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL LTDA; CNPJ: 33.168.659/0001-00; Objeto: Supressão quantitativa do objeto do contrato; Fundamento Legal: Art. 65, inciso I, "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Processos: COACT.F - 2016/04/00030; E.D.: 33903701; P.TRES.: 85888; N.E.: NIHL; Data do Empenho:

NIHL; Valor: R\$ (-84.180,42), (menos oitenta e quatro mil, cento e oitenta reais e quarenta e dois centavos); Signatários: pela INB, Dácio Antônio Machado de Souza e Paulo Horácio de Oliveira Delphim e pela Contratada; Dilson Palmer.

AVISO DE CADASTRAMENTO

As Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB tornam público que, em atendimento ao Parágrafo 1º do Art. 34 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, com a redação atual que lhe foi dada pela legislação superveniente, estarão recebendo na Gerência de Suprimentos - GESUP.F, situada na Av. João Cabral de Mello Neto, 400 - 1º andar - Edifício Península Corporate - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.775-057, a documentação para atualização dos registros existentes no seu cadastro de fornecedores e para o ingresso de novos interessados.

A relação dos documentos necessários à atualização e/ou ingresso de novos registros e quaisquer outras informações necessárias ao cadastramento poderão não obtidas no endereço acima, através do site www.inb.gov.br ou por solicitação através do e-mail gesup@inb.gov.br.

GILSON REZENDE DE AQUINO
Gerente de Suprimentos em Exercício

AVISO DE PENALIDADE

As Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB resolveram aplicar à empresa Engeforma Engenharia, Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 18.981.068/0001-64, a sanção de impedimento de licitar e de contratar pelo período de 5 (cinco) anos, a contar de 29/06/2015, com fulcro no inciso 7º, da Lei 10.520/02 e Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

ANTÔNIO MARCOS DE OLIVEIRA ALVES DE SENA
Coordenador de Controle e Acompanhamento de Contratos

INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

EXTRATO DE ACORDO

PROCESSO nº. 039/2009. ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnico-científica nº 067/2016 para Concessão de Estágio firmado através da Comissão Nacional de Energia Nuclear, por meio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - CENEPEN, CNPJ/MF nº 00.402.552/0005-50, e a Universidade São Judas Tadeu, CNPJ/MF nº 43.045.772/0001-52, doravante denominado simplesmente INSTITUIÇÃO DE ENSINO. OBJETO: O presente Acordo tem como objeto a colocação, por parte da CENEPEN, periodicamente e de acordo com suas disponibilidades e campos de estágio, à disposição da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, vagas para indicação de alunos, para Estágios obrigatórios e não obrigatórios de alunos regulares de cursos de educação superior ou profissional, de ensino médio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25/9/2008, Orientação Normativa MOPG nº 7, de 30/10/2008 e Portaria CENEPEN nº 081, de 14/07/2009. VALOR DO INSTRUMENTO: Estágio obrigatório sem ônus para a CENEPEN ou o seguro será assumido pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO. Art. 9º, Parágrafo único, Lei nº 11.788/2008. Estágio não obrigatório não cria vínculo de natureza empregatícia, ou de qualquer espécie, ressalvada a inclusão do estagiário no Seguro Contra Acidentes Pessoais, nos termos do artigo 9º, Inciso IV, da Lei nº 11.788/2008. DATA DE ASSINATURA: 05/07/2016. PRAZO DE VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir da data de sua assinatura até 05/07/2021. SIGNATÁRIOS: Dr. José Carlos Bressiani - R.G. nº 4.418.207-7 e CPF nº 821.633.678-00, Cargo em Comissão de Diretor do IPEN, e o Prof. Dr. Fabrício Ghinatto Mainieri - R.G. nº 80.264.909-49 e CPF nº 752.322.510-15, Diretor Vice-Presidente.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS CHAMADAS PÚBLICAS

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Universal 14/2012 - Faixa A - até R\$ 30.000,00 - Prorrogando as propostas aprovadas. As propostas encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/660278012852416>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Nº 05/2014 - Pesquisas em Vigilância Sanitária - Prorrogando as propostas aprovadas. As propostas encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/1751299933579439>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Nº 89/2013 MCTI-SECIS/MTE - SENAES/CNPq. Prorrogando as propostas aprovadas. Encontram-se nos Links:
- Linha A: <http://resultado.cnpq.br/4094985430791766>
- Linha B: <http://resultado.cnpq.br/5115746567115851>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública UNIVERSAL Nº 14/2013 - Prorrogando as propostas aprovadas. Encontram-se nos Links:
Faixa B - até R\$ 60.000,00: <http://resultado.cnpq.br/3164174937358775>
Faixa C - até R\$ 120.000,00: <http://resultado.cnpq.br/7885296421699165>
Faixa A - até R\$ 30.000,00: <http://resultado.cnpq.br/7411903362263933>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública 15/2013 MCTI/CNPq/MS-SCITE - Decit - Pesquisa Clínica. Prorrogando as propostas aprovadas. Encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/6299978230917624>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública CNPq/MS/SCITE/DECIT Nº 34/2014 - Pesquisas sobre Doenças. Prorrogando as propostas aprovadas. Encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/4291745139444506>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Graduação Sandulche no Exterior - SWG - Austrália/Go8 - 185/2014. A proposta aprovada encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/0066097345634416>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Doutorado Sandulche - SWE. A proposta aprovada encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/3678624201789166>
O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Doutorado no Exterior - GDE. A proposta aprovada encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/7473110860333765>

Brasília, 5 de julho de 2016.
HERNAN CHAIMOVICH GURALNIK
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÕES

No Resultado da Chamada Pública - Pós-doutorado Júnior - PDJ - 2013 Publicado no Diário Oficial da União de 05 de Julho de 2016, seção 3, página 9, onde se lê: ASS Glenda Lorena Mezarobba leia-se: ASS Hernan Chaimovich Guralnik.

No Resultado da Chamada Pública - Produtividade em Pesquisa - PQ - 2013 Publicado no Diário Oficial da União de 05 de Julho de 2016, seção 3, página 9, onde se lê: ASS Glenda Lorena Mezarobba leia-se: ASS Hernan Chaimovich Guralnik.

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 34/2016 - UASG 364102

Contrato: 83/2015. Processo: 001589/2015-6. PREGÃO SIEMP Nº 2/2015. Contratante: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. CNPJ Contratado: 03591509000144. Contratado: DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência por 12 meses. Eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis. Repetição decorrente da CCT 2016. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 IN SLT/MOPG 02/2008 Decreto 2.271/1997. Vigência: 15/07/2016 a 15/07/2017. Valor Total: R\$100.817,44. Fonte: 280242010 - 2016NE800163. Data de Assinatura: 05/07/2016.

(SICON - 05/07/2016) 364102-36201-2016NE800143

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÃO DO FOMENTO

EXTRATOS DE CONCESSÃO

Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro à Evento Científico no Exterior (AVG) - Concedente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Objeto: "Concessão de Auxílio Financeiro à Participação em Eventos Científicos no Exterior" - Vigência até 90 (noventa) dias a partir da data de publicação - Signatários: pelo CNPq Jose Aureliano Fonseca Matos - Coordenador-Geral de Operação do Fomento. Pelo beneficiário o próprio.

Beneficiário	Processo	Valor Global	Nota de Empenho	Data de Faturamento
Ana Cláudia Romano Ribeiro	452413/2016-8	R\$ 5.500,00	2016NE005499	01/07/2016
Andrea Madeira Klajau	450780/2016-2	R\$ 4.000,00	2016NE005497	01/07/2016
Celia Sofia Pitta Moreira Ramos	451166/2016-7	R\$ 5.500,00	2016NE005513	01/07/2016
Decimar Antonio de Castro	452323/2016-6	R\$ 6.000,00	2016NE005523	01/07/2016
Emmanuel Greiva de Oliveira	452312/2016-7	R\$ 8.000,00	2016NE005516	01/07/2016
Fabiane Santana Previtali	452158/2016-8	R\$ 3.500,00	2016NE005491	01/07/2016
Fernanda Chiarello Stadile	452145/2016-3	R\$ 6.000,00	2016NE005527	01/07/2016
Francisco Antonio dos Anjos	452522/2016-1	R\$ 5.500,00	2016NE005479	01/07/2016
Graciela Ferreira Diniz	451814/2016-9	R\$ 6.000,00	2016NE005532	01/07/2016

Jonas Otaviano Praca de Souza	451025/2016-4	R\$ 8.300,00	2016NE005478	01/07/2016
Leonardo Keller Sacht	452297/2016-8	R\$ 5.000,00	2016NE005521	01/07/2016
Luiz Carlos Gadelha de Souza	451785/2016-9	R\$ 5.000,00	2016NE005483	01/07/2016
Mário Sacramento Neto	452082/2016-9	R\$ 5.000,00	2016NE005511	01/07/2016
Ricardo Trevisan	452488/2016-4	R\$ 7.000,00	2016NE005490	01/07/2016
Sergio Schneider	451907/2016-7	R\$ 6.000,00	2016NE005510	01/07/2016
Silvia Baires dos Reis	452688/2016-7	R\$ 8.000,00	2016NE005507	01/07/2016
Thaís Flores Nogueira Diniz	452081/2016-5	R\$ 6.000,00	2016NE005493	01/07/2016
Ximenes Soares Villalón	451142/2016-4	R\$ 8.000,00	2016NE005488	01/07/2016
Carlos Harold Junior	452067/2016-2	R\$ 5.000,00	2016NE005518	05/07/2016
Elisama Vieira dos Santos	452524/2016-4	R\$ 5.000,00	2016NE005526	05/07/2016
Giancarlo Richard Salazar Baez	452222/2016-8	R\$ 3.410,00	2016NE005496	05/07/2016
Ihorvany Campos Rodrigues	451240/2016-2	R\$ 5.000,00	2016NE005520	05/07/2016
Luiz Felipe Silva Oliveira	451693/2016-7	R\$ 7.500,00	2016NE005476	05/07/2016
Marteli Nishimura	451327/2016-0	R\$ 6.000,00	2016NE005489	05/07/2016
Martine Patricia Azletta Chevrollier	452618/2016-9	R\$ 4.000,00	2016NE005512	05/07/2016
Tarciso Abreu Júnior	451772/2016-0	R\$ 6.000,00	2016NE005492	05/07/2016
Webster Lemos Mehnak	452140/2016-1	R\$ 8.000,00	2016NE005531	05/07/2016
Marcelo César Santos Gril	452477/2016-6	R\$ 4.000,00	2016NE005522	05/07/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0003201607060009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

